

Miséria e libertação na Psicologia brasileira: reflexões com e a partir de Martín-Baró

Misery and liberation in Brazilian Psychology:
reflections with and from Martín-Baró

Marina Rangel de Lima
Marília Batista Carvalho
Soraya Souza de Andrade
Pedro Henrique Antunes da Costa

Universidade de Brasília (Brasil)

Resumo. No trabalho, dissecamos a análise de Ignacio Martín-Baró sobre o desenvolvimento da Psicologia latino-americana e sua *miséria*, explicitando a pertinência de suas elaborações para a análise (crítica) da Psicologia no Brasil e as possibilidades de sua transformação, a partir do projeto ético-político da Psicologia da Libertação. Discorremos na análise *baroniana* sobre “o que tem sido a realidade latino-americana”, “o que a Psicologia tem sido, produzido e a quem tem servido” e “o dever ser/fazer da Psicologia (popular e da Libertação)”. A partir disso, discutimos as tarefas e caminhos a serem assumidos por uma Psicologia brasileira que, ao contribuir para a libertação das maiorias populares, não só se transforme, como liberte-se de si mesma.

Palavras-chave: Colonização. Dependência. Martín-Baró. Psicologia da Libertação. Psicologia latino-americana.

Abstract. In the work, we dissect Ignacio Martín-Baró's analysis of Latin American Psychology's development and its *misery*, explaining the relevance of his elaborations for the (critical) analysis of Brazilian Psychology and the possibilities of its transformation, from the ethical-political project of Liberation Psychology. We discuss in the *Baronian* analysis “what Latin American reality has been”, “what Psychology has been, produced and whom it has served” and “the must be/do of (popular and Liberation) Psychology”. Then, we discuss the tasks and paths to be undertaken by a Brazilian Psychology that, by contributing to the liberation of its people, not only transforms itself, but also frees itself from itself.

Keywords: Colonization. Dependency. Martín-Baró. Liberation Psychology. Latin American Psychology.

Introdução

Os pressupostos e fundamentos da Psicologia, como ciência parcelar e profissão, partem das necessidades e contradições societárias que convergem para sua existência, expressando seu caráter de produção humana, situada em determinada concretude histórica e produtora de história. No caso da Psicologia brasileira, é preciso contextualizá-la na realidade de um país constituído, à semelhança de outros países latino-americanos, pelo projeto colonizador-escravocrata na reprodução ampliada do capital e desenvolvimento capitalista, cuja dinâmica centro-periferia converge para uma condição de dependência que se manifesta na e pela Psicologia (Costa & Mendes, 2021).

Dada a condição da Psicologia centrada na subjetividade, no psiquismo e/ou em fenômenos correlatos, convém a ela compreender como estes se constituem em tal realidade e a conformam, visto que seus “objetos” não são entidades autônomas, ensimesmadas, pois dizem do desenvolvimento dos indivíduos em sua concretude histórica. Com isto em perspectiva, o trabalho se debruça sobre o caráter colonizado e dependente da Psicologia latino-americana, a partir da análise de Ignacio Martín-Baró, que irá nomeá-lo de *miséria* da Psicologia (Martín-Baró, 1986/2011).

O autor nasceu em 1942 na Espanha, onde iniciou seus estudos jesuítas. Em 1959, ingressa na Companhia de Jesus e vai para Equador e Colômbia, onde estuda humanidades clássicas, Filosofia e Letras. Muda-se para El Salvador, se naturalizando, e se forma em Teologia e Psicologia, tornando-se mestre em Ciências Sociais, com passagens pela Europa. Em 1979, finaliza seu doutorado nos Estados Unidos e volta a El Salvador, assumindo a vice-reitoria da Universidade Centro-Americana José Simeón Cañas (UCA) (Costa & Souza, 2020; Oliveira, Guzzo, Tizzei & Silva Neto, 2014; Oropeza, 2016).

El Salvador foi colônia espanhola. Após a independência formal, a oligarquia do café aprofundou o empobrecimento e a desigualdade social, governando o país por um século. A partir da crise de 1929, o casamento com o militarismo garantiu sua hegemonia pela usurpação de terras indígenas, massacres, coerção e repressão das tentativas de reformas. Com eleições fraudulentas na década de 1970, após ataques às organizações populares, houve uma reação coletiva que culminou na criação de organizações guerrilheiras. Unidas, formaram a Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional (FMLN), principal combatente da ditadura e um dos movimentos guerrilheiros de maior expressão e habilidade na América Latina (Sue-Montgomery & Wade, 2006). Em 1979, o país passou a viver uma guerra civil, com a FMLN confrontando o governo ditatorial. Nesse interregno, a *práxis* de Martín-Baró vai se radicalizando em prol das maiorias populares¹ salvadorenhas, desmascarando ideologias dominantes, for-

¹ Martín-Baró usa *maiorias populares* referindo-se à classe trabalhadora e, nela, às frações mais pauperizadas.

talecendo processos de construção do poder popular e fornecendo ferramentas à população, às ciências e à Psicologia (Martín-Baró, 1991/2013).

Tendo como base a Teologia da Libertação, a pedagogia de Paulo Freire, o marxismo, dentre outras fundamentações, numa apreensão histórica e concreta do ser humano enquanto ser social, Martín-Baró propõe e desenvolve a Psicologia da Libertação como projeto ético-político (Costa & Souza, 2020; Lacerda Jr., 2014; Oliveira et al., 2014). Em meio aos esforços de libertação do povo salvadorenho, foi assassinado na UCA em 1989, a mando dos altos setores militares e assessores estadunidenses (Boechat et al., 2020; Oliveira et al., 2014). Não obstante, após a sua morte, iniciou-se um processo de captura de sua imagem em diversas áreas - política, editorial e acadêmica -, o qual terminou por restringir o alcance de sua obra e neutralizar sua figura, criando a falsa suposição de uma teoria *baroniana* sem radicalidade (Oropeza, 2016; Ratner, 2015). Esse processo também se deu minimizando ou negando sua fundamentação marxista, assim como fizeram com outros autores e movimentos no campo psi, como, por exemplo, Vigotski, a Psicologia Histórico-Cultural e Frantz Fanon.

Com 75 mil salvadorenhos mortos e a fuga de 20% da população para fora do país, a guerra civil findou-se após um acordo de paz entre o governo e a FMLN em 1992, proporcionando eleições, reestruturação das Forças Armadas e reformas na polícia. Todavia, a mobilização política popular arrefeceu após o acordo, a desigualdade econômica e o desemprego aumentaram e governos de direita predominam nas eleições, priorizando o receituário neoliberal (Sue-Montgomery & Wade, 2006).

Como o Brasil, El Salvador tem uma história de colonização, de um capitalismo dependente e ditaduras militares chanceladas pelo imperialismo estadunidense. Ao elaborar sobre a história latino-americana, Martín-Baró (1985/1996) analisou que a situação de nossos povos é caracterizada pela injustiça estrutural, guerras, autoritarismo, violência exacerbada e a espoliação da soberania nacional (Martín-Baró, 1985/1996; 1985/2017a). Essas análises serão detalhadas adiante, porém, já afirmamos que Martín-Baró foi um profundo estudioso da região. Atrela-se a isso a própria *práxis baroniana* como um “produto - um entre outros - de um grande coletivo latinoamericano, no qual sem dúvida vários psicólogos ocupam um importante lugar” (Martín-Baró et al., 2021, p. 829), explicitando sua relevância para nossa realidade presente.

Visto que a realidade de Martín-Baró era na América-Latina, como esta, em seu caráter hegemonicamente subserviente, violento, desigual, exploratório-opressivo, se manifestou na e pela Psicologia? Isto é, como o autor analisa a função social da Psicologia, ciência e profissão, como justificadora dessa história e instrumento prático de sua perpetuação? E como podemos solidificar caminhos distintos? Por fim, quais seriam suas contribuições à Psicologia e à realidade brasileira?

A partir do exposto, visamos dissecar a análise *baroniana* sobre a concretude histórica da ciência e prática psicológica latino-americanas,

explicitando a pertinência de suas elaborações para a realidade brasileira. Arelado a isso, objetivamos discorrer sobre as possibilidades de transformação, a partir do projeto ético-político da Psicologia da Libertação, o qual está vinculado a um projeto societário emancipatório que, por sua vez, não pode ser elaborado sem se considerar o caráter de *miséria* da Psicologia latino-americana, bem como as possibilidades de se superá-lo.

Método

Debruçamo-nos sobre a análise *baroniana* da *miséria* da Psicologia latino-americana, extraindo disso sua superação via *Psicologia da Libertação*. Além da obra em que sintetiza tais apontamentos (Martín-Baró, 1986/2011), analisamos outras produções do autor em que constam tais elaborações, bem como seu projeto ético-político de Psicologia da Libertação, seguindo o que Lacerda Jr. e Oropeza (2015, p. 3) explicitam como terceiro momento da trajetória *baroniana*, de “contribuir para una liberación de la Psicología en Latinoamérica y producir una Psicología de la Liberación” ou o que Lacerda Jr. (2017) categoriza como a segunda fase de sua produção, a da radicalização de sua *práxis*, radicalizando também as críticas à Psicologia.

No processo de busca, foram utilizados bancos de dados da UCA² e da Cátedra Martín-Baró³, bases de dados digitais de acesso livre (*SciELO* e a *PePSIC*) e livros que continham textos traduzidos de Martín-Baró para o português. Incorporamos também literatura secundária sobre sua vida e obra, contextualizando e aprofundando os achados, e trabalhos que também se ocuparam da análise (crítica) da Psicologia brasileira, em marcos similares aos de Martín-Baró. Por fim, extraímos informações da Psicologia e realidade brasileira com vistas a explicitar a pertinência da análise *baroniana*, contudo sem nos comprometermos com o exame em profundidade.

Quanto à análise, esta sucedeu-se após a leitura na íntegra dos textos seguida de um processo de categorização, no qual resultou na elaboração de pilares teórico-metodológicos, com suas respectivas categorias e conteúdos. Estes pilares apresentaram-se enquanto sínteses da análise (crítica) *baroniana* da Psicologia latino-americana, ao mesmo tempo em que os conformando e expressando-os dialeticamente, num processo de síntese e expansão.

Martín-Baró e a Psicologia latino-americana: crítica e superação

Os resultados foram organizados em eixos analíticos, categorias e conteúdos (Tabela 1). Tal divisão possui caráter didático, servindo como síntese da análise (crítica) *baroniana* da Psicologia latino-americana, não pretendendo substituir o estudo direto dela, diluir a totalidade de seu pensamen-

² <https://www.uca.edu.sv/coleccion-digital-IMB/>

³ <http://www.catedralibremartinbaro.org/html/imbdescargas.php>

to ou fragmentar suas “partes”. No primeiro, “*o que tem sido a realidade latino-americana*”, apresentamos esta realidade e a importância de uma análise totalizante. O segundo, “*o que a Psicologia tem sido, produzido e a quem tem servido*”, se refere à história da Psicologia e seu papel ideologizante na manutenção da ordem. Por último, em “*o dever ser/fazer da Psicologia (popular e da Libertação)*”, discutimos tarefas e caminhos a serem assumidos.

Tabela 1

Resultado da categorização: eixos, categorias e subcategorias

Eixos	Categorias	Conteúdos
O que tem sido a realidade latino-americana	A realidade latino-americana	Obstáculos à democracia social; ordem discriminatória na divisão do trabalho; destino comum entre países latino-americanos; alienação dos sujeitos
	O fenômeno da violência	Fenômeno histórico, dinâmico e múltiplo; valores e racionalizações para justificar a violência; população precisa ocultar seus valores e opiniões
	A guerra salvadorenha	Deterioração coletiva das relações sociais; impacto distinto dependendo de classe social, envolvimento no conflito e temporalidade
O que a Psicologia tem sido, produzido e a quem tem servido	Psicologia como resposta histórica ao capitalismo	Europa: berço do Capitalismo e da Psicologia; abordagens fundamentais no estabelecimento da Psicologia
	Psicologia: Ciência da e para a classe dominante	Perspectiva do poder estabelecido; análise positivista e a-histórica do comportamento/indivíduo; ausência de marco teórico e conceitual convincente; ética postiza e idealista; função ideologizante; Psicologia no mundo do trabalho

	Miséria da Psicologia latino-americana	Dependência colonial; mimetismo científico; ausência de epistemologia adequada; despolitização da Psicologia e psicólogos
O dever ser/fazer da Psicologia (popular e da Libertação)	Libertação da Psicologia	Conscientização do <i>quefazer</i> psicológico; conceito social de saúde mental; homem social e sociedade humana como horizontes éticos
	Libertação humana	Orientação a uma nova sociedade; à serviço das maiorias populares; desideologização para a conscientização; nova identidade nacional

Fontes: As autoras

Eixo 1: O que tem sido a realidade latino-americana

Analisando *a realidade latino-americana*, Martín-Baró (1985/2017a; 1985/2017b) se pôs a identificar os entraves que a assolavam. Entre eles, estão as estruturas econômicas (subdesenvolvidas, dependentes, desiguais/injustas) acentuadas em regimes autoritários e repressivos fundados na oligarquia econômica e dirigidos por militares ou fachadas civis. Outro obstáculo é a hegemonia estadunidense, atuando em nossos sistemas de acordo com seus interesses (Martín-Baró, 1985/2017a; 1985/2017b; 1985/1996). Nessa lógica, países latino-americanos são transformados em satélites, limitados por relações de dependência econômica, política e cultural, resultando no seu subdesenvolvimento para o desenvolvimento estadunidense e, em extensão, capitalista (Martín-Baró, 1990/2013). As forças militares são postas como outro obstáculo, cujo poder é dependente dos outros e está a serviço deles (Martín-Baró, 1985/2017b), proporcionando guerras e gasto de verbas que deveriam ser destinadas ao povo (Martín-Baró, 1985/1996).

Estes são entraves de uma realidade cindida em classes sociais, a qual se enraíza na divisão social do trabalho, porém não se finda nela. Martín-Baró (1989/2014) apresenta a ordem discriminatória no âmbito do trabalho pelos eixos urbano-rural, profissional-manual e masculino-feminino. Como é negado o fruto do próprio trabalho à classe trabalhadora, seu horizonte de aspirações é restrito à sobrevivência, à reprodução da força de trabalho. A alienação, pela internalização do latino como indolente, preguiçoso etc., é cristalizada na subjetivação do trabalhador que se vê como responsável pela própria subordinação; suas aspirações são tolhidas com o tolhimento da potencialidade de ser mais do que tem sido. Como resultante de tal construção ideológica, temos o fatalismo, uma forma de conformismo presentista atrelado a um destino fatal, que contribui à manutenção do estado das coisas, já que este já estaria determinado previa-

mente (Martín-Baró, 1987/2017a; 1989/2014) - e que é expresso, aliás, na/pela psicologia hegemônica (Ratner, 2015).

A opressão é ainda maior para os não incorporados no sistema produtivo formal, como os desempregados e os permanentemente marginalizados. Estes são utilizados para a manutenção dos baixos salários (e altas taxas de lucro), como demandado pelas classes dominantes e investidores estrangeiros (Martín-Baró, 1989/2014). Discorrendo sobre a situação de desemprego e subemprego dos salvadorenhos, Martín-Baró (1987/2017b) coloca que eles não são só explorados e alienados, mas oprimidos e socialmente negados. Trata-se de um problema estrutural no capitalismo, pois necessário à sua reprodução (Martín-Baró, 1989/2014), enquanto sistema que se orienta às classes dominantes (Martín-Baró, 1987/2017b), sendo isto ainda mais exacerbado nos países latino-americanos (Martín-Baró, 1989/2014). Ainda nesse sentido, ele se atentou à opressão da mulher salvadorenha, destacando o machismo existente (Martín-Baró, 1990), ao campesinato e à necessidade da Reforma Agrária (IUDOP, 1988).

Martín-Baró (1982/2017; 1988/2017) abordou também *a violência*, a qual entende como dinâmica, múltipla, histórica e social. Para ele, a violência no capitalismo é *normal e sistemática*, sendo ainda mais acentuada e generalizada na América Latina, por sua condição periférica e dependente. Nisso, analisa valores e racionalizações que a justificam e naturalizam, destacando: mistificações ideológicas, mentiras institucionalizadas e permanentes processos de desvalorização das vítimas. Sobre as mentiras, aponta o controle midiático, censura e manipulação de informações, em que opositores políticos são desqualificados, tendo que viver clandestinamente sob suspeita. Ademais, a *guerra* coadunada à violência política, por meio de um terrorismo estatal, foi apreendida como produtora de sofrimento psíquico, traumas psicossociais, deteriorando as relações sociais, as quais passam a ser violentas, polarizadas e mentirosas, por mais que haja diferenças de impacto dependendo da classe social, envolvimento no conflito e temporalidade (Martín-Baró, 1984/2017; 1987/2017c; 1988/2017). Nesse interregno, a violência do oprimido, quando orientada à transformação da ordem opressiva, possui caráter humanizador.

Eixo 2: O que a Psicologia tem sido, produzido e a quem tem servido

A Psicologia surge na segunda metade do século XIX, na Europa, como uma *resposta histórica* em meio à emergência do capitalismo, num contexto de racionalização da estrutura produtiva, quando se passou a exigir maior adequação dos trabalhadores às novas condições de trabalho, com o objetivo de compreender, predizer e controlar o comportamento humano, adotando o indivíduo liberal como unidade de análise e concepção a-histórica e universalizada de ser humano (Martín-Baró, 1983/2017; 1987/2017b). Na tentativa de propiciar a essa nova ciência humana um caráter de status científico conquistado pelas ciências naturais, a Psicolo-

gia rompe a Filosofia, aderindo à metodologia experimental, à pretensão de assepsia e ao tecnocratismo (Martín-Baró, 1983/2017).

Martín-Baró (1983/2017) divide o período de estabelecimento da Psicologia Social em três perspectivas: (1) *O que mantém as pessoas unidas na ordem social estabelecida?*; (2) *O que integra as pessoas na ordem social?*; e (3) *O que liberta as pessoas da desordem estabelecida?* A primeira se dá no contexto de crise do processo de industrialização capitalista na Europa nos séculos XIX e XX, enquanto a segunda se dá no período de norte-americanização da Psicologia, no início do século XX, e da necessidade do sistema em assimilar, aculturar e socializar novos imigrantes de modo a continuar a suprir as exigências do desenvolvimento capitalista. Para isso, adota três constantes (individualismo, psicologismo e perspectiva do poder estabelecido), favorecendo a inquestionabilidade da ordem social. Já a terceira pergunta se refere a uma perspectiva contra-hegemônica, que não elimina as anteriores, em prol de outra função social da Psicologia.

A não eliminação da segunda perspectiva deu seguimento às constantes supracitadas pela norte-americanização da Psicologia, com a análise positivista e a-histórica do comportamento (e) do indivíduo (Martín-Baró, 1983/2017), pautada em dualismos *objeto* e *sujeito* ou *objetivo* e *subjetivo* (Martín-Baró, 1980/2015; 1991/2013), bem como na dicotomia indivíduo e sociedade (Martín-Baró, 1983/2017), estabelecendo a *Psicologia como ciência da e para as classes dominantes*. A ausência de marco conceitual condizente com a realidade levou a um enfoque reducionista e ao esvaziamento de significação que limita a Psicologia a um servilismo social marcado pelo estudo do que o sistema exigia (e exige), além de um reducionismo metodológico, a desconsideração ou eliminação do contexto social, a produção de um vocabulário aparentemente esclarecedor, o empobrecimento da realidade e a conversão dos problemas em abstrações idealistas (Martín-Baró, 1983/2017; Martín-Baró, Oropeza & Rosa, 2021). Martín-Baró (1986/2011) caracterizou isso de *idealismo metodológico*, o qual busca se opor via *realismo crítico*.

Perpassando essa complexidade, Martín-Baró (1980/2015) traz a noção da ética na Psicologia, apontando como ela é entendida erroneamente. Às vezes, é posta como alheia (postíca) à ciência, partindo da moralidade e de dualismos (objetivo/subjetivo, ciência pura/aplicada), como se surgisse, fosse adicionada, apenas no momento da aplicação prática dos conhecimentos. Outras vezes, é fruto do a-historicismo, presumindo valores absolutos e idealistas, além de princípios gerais absolutistas, desconsiderando seu caráter sócio-histórico.

A Psicologia, portanto, adquire caráter e função ideologizantes⁴, ou fatalista (Ratner, 2015), visto que obscurece a relação entre alienação pesso-

⁴ Martín-Baró utiliza *ideologia* difusamente: numa perspectiva *neutra*, como conjunto de ideias, visões de mundo ou “leitura da realidade” (Martín-Baró et al., 2021, p. 832); e criticamente, como ideias que mistificam a realidade, com função de reprodução da mesma.

al e opressão social, a fim da manutenção da ordem (Martín-Baró, 1985/2017; 1986/2011). A atribuição de características estruturais aos sujeitos (individualismo psicologicista), a adaptação ao meio como critério de normalidade e a consequente naturalização da submissão são expressões dessa função (Martín-Baró, 1989/2014). Essas expressões estão relacionadas a como a Psicologia é introduzida no mundo do trabalho, com o uso indiscriminado de técnicas de seleção e ajustamento que naturalizam a divisão social do trabalho, incrementando a eficiência produtiva (Martín-Baró, 1973; 1983/2017; 1987/2017b; 1990/2013).

Ademais, Martín-Baró (1986/2011) caracterizou a contribuição da Psicologia na América-Latina como pobre, não só pela sua juventude, como pelo seu caráter de dependência, cuja origem se encontra na colonização, mas não se reduz a ela, sendo mais bem compreendida por seu atrelamento ao *imperialismo estadunidense*⁵, que também se dá no plano das ideias e ciências. Esse caráter de *miséria* é expresso por um mimetismo cientificista, isto é, pela busca por *status* científico na/pela reprodução mecanicista e acrítica de modelos estadunidenses e sua pretensão de assepsia científica. Essa apropriação acrítica resultou (e resulta) na ausência de epistemologia adequada à compreensão e resolução dos problemas das maiorias populares latino-americanas, partindo dos mesmos pressupostos implícitos já estabelecidos: positivismo, individualismo, hedonismo, visão homeostática e a-historicismo.

Somado a isso, Martín-Baró (1990/2013; 1986/2011) denuncia que a Psicologia latino-americana se ocupa em debater falsos dilemas incrustados em um dogmatismo provinciano, mas não tem como horizonte um compromisso científico com a verdade dos povos. Dada a falta de reflexão e crítica sobre a teoria e prática psi na América Latina, a disciplina se estabelece como ferramenta de marginalização e opressão, selecionando, excluindo pessoas no mundo do trabalho, da escola, da clínica, entre outras áreas. Frente a essa acriticidade, há o perigo dos psicólogos reproduzirem uma militância mecanicista, incorrendo ao psicologismo, à função ideologizante e ao corporativismo, reafirmando o caráter ideológico e despolitizado da Psicologia.

Eixo 3: O dever ser/fazer da Psicologia (popular e da Libertação)

Frente ao papel histórico que a Psicologia vem estabelecendo, como auxiliar na superação dessa realidade desumana e desumanizante? Como tarefa, o autor propõe a *libertação da Psicologia*, para a qual é imprescindível a conscientização do *quefazer* (*práxis*) psi. Num exercício de síntese, para

Ao criticar o caráter ideologizante ou ideológico da Psicologia e da realidade e propor a sua desideologização, opera nessa segunda perspectiva (crítica).

⁵ O termo utilizado é “dependência colonial”, que “não coincide com a história da colônia iberoamericana, mas, com a do colonialismo do ‘garrote e da cenoura’ que foi imposto a nós há um século”. A expressão *garrote e da cenoura* (*garrote y la zanahoria*), remete ao imperialismo estadunidense a partir do final do século XIX.

Ratner (2015), Martín-Baró analisou concretamente como a opressão social se expressava na opressão psicológica e como a liberação emanava como a necessária superação dessa dinâmica.

Assim, deve-se refletir: a partir de onde e como vemos os processos? Com que(m) e para que(m) se está trabalhando? Coloca-se, então, a necessidade de revisão crítica e reelaboração da Psicologia, processo que só pode ser feito com a adoção da perspectiva das maiorias populares (Martín-Baró, 1983/2017; 1985/2017b; 1986/2011; 1987/2017b; 1990/2013; 1991/2013; 1985/1996). Isso não significa dizer por elas ou para elas, mas uma imersão em suas realidades; uma construção dialógica e coletiva para uma ciência que impulse verdadeiramente suas demandas e projetos de futuro (Martín-Baró, 1983/2017; 1986/2011; 1987/2017b), assumindo as maiorias populares como sujeitos sociais, não meros objetos (Martín-Baró, 1989/2014), e, nisso, as suas necessidades como as da Psicologia.

A conscientização também deve ser um dos horizontes de tal processo, perpassando não só a superação da subordinação aos poderes estabelecidos, como o estudo e abordagem de temas desconsiderados pela Psicologia (sindicalismo, trabalho rural, greves, desemprego, marginalização, mobilizações populares, questão habitacional, processos ditatoriais e tortura), mas que são fundamentais para as maiorias populares, pois dizem de suas condições concretas de vida (Martín-Baró, 1983/2017; 1987/2017b; 1990/2013; 1989/2014; Martín-Baró et al., 2021). Deve-se analisar também as possibilidades e limitações da Psicologia: o trabalho interdisciplinar pode preencher lacunas em direção a análises totalizantes (Martín-Baró, 1990/2013; Martín-Baró et al., 2021), porém, o sofrimento de um sujeito alienado e os problemas de base social que o acometem (fome, desemprego e opressão) não podem findar pela adaptação às estruturas que os produzem (Martín-Baró, 1973; 1983/2017; 1984/2017; 1986/2011). O/a psicólogo/a, portanto, deve tomar partido e se implicar na transformação do mundo, pois a neutralidade científica é uma ilusão que permite a continuidade e manutenção da ordem (Martín-Baró, 1983/2017; 1986/2011; 1990/2013; 1991/2013); a neutralidade como oposição ao conhecimento objetivo, à objetividade do conhecimento (Pavón-Cuéllar, 2015).

Outras duas importantes defesas de Martín-Baró são a concepção social de saúde mental e o ser humano e a sociedade humana como horizontes éticos. Martín-Baró (1973; 1984/2017; 1989/2014) coloca que a saúde mental, ao contrário de ser um funcionamento individual e interno, é a materialização do caráter humanizador ou alienante das relações histórico-sociais. Da mesma forma, apesar do objeto imediato da Psicologia ser o “homem individual”, tipo ideal da sociabilidade capitalista de cariz liberal, o horizonte ético deve ser o “homem social”, membro de uma sociedade em transformação, da qual ele é construído e constrói, dialeticamente (Martín-Baró, 1991/2013). E a sociedade não é humana só por ser fruto da ação

humana, devendo ser humanizada e humanizante, pois de ser humanos não-alienados, humanizados (Martín-Baró, 1980/2015).

Temos, assim, o ideal de *libertação humana*: a libertação da alienação, exploração e opressão (Martín-Baró, 1987/2017b; 1991/2013); a *emancipação humana* como horizonte. Para alcançar essa realidade, o psicólogo deve se orientar a produção de uma nova sociedade, verdadeiramente humana (Martín-Baró, 1980/2017; 1986/2011; 1985/1996), em que o pleno desenvolvimento das pessoas seja possível, firmado na solidariedade e justiça, afastando-se do individualismo reinante (Martín-Baró, 1980/2015; 1980/2017; 1984/2017; 1985/1996). Por mais que o papel da Psicologia seja tímido frente à tarefa histórico-coletiva de transformação social, não pode ser desconsiderada, auxiliando as maiorias populares a exercerem poder sobre sua existência, e não guiando-as ou ditando o seu desenvolvimento (Martín-Baró; 1980/2017; 1985/2017b; 1986/2011; 1990/2013). O conhecimento e a vinculação com instâncias e organizações populares, instrumentos de libertação (Martín-Baró, 1987/2017b; 1990/2013), e a potencialização da realização humana com horizonte para além da sobrevivência imediata, são caminhos necessários (Martín-Baró, 1987/2017b; 1989/2014). Tudo isso é a concretização de uma *boa* Psicologia, pois uma Psicologia do e para o *povo*: uma Psicologia popular (Martín-Baró, 1980/2017; 1987/2017b; Martín-Baró et al., 2021).

Ademais, a desideologização é central para tal libertação. Trata-se de desvelar o senso comum que mantém a ordem e os mecanismos que promovem a alienação e negação de humanidade (Martín-Baró, 1982/2017; 1983/2017; 1985/2017b; 1986/2011; 1990/2013; Martín-Baró et al., 2021). Conjuntamente, cabe criar uma nova identidade nacional e latino-americana (Martín-Baró, 1983/2017; 1990/2013) pela recuperação da memória histórica, com o resgate de experiências e potencialização das virtudes e tradições populares, por meio da fé, criatividade, esperança e solidariedade (Martín-Baró, 1986/2011; 1987/2017b; 1989/2014; Martín-Baró et al., 2021). A historicização, nesse caso, serviria também para manter a Psicologia “permanentemente vinculada aos processos populares”, submetendo-se ao “veredito contínuo da história dos povos” (Martín-Baró et al., 2021, p. 831).

(Mais) Subsídios à Psicologia brasileira

Apresentamos uma síntese do estatuto *baroniano*. Por isso, as muitas referências, que expressam a tentativa de uma análise totalizante, focando no objeto aqui proposto. Por mais que já seja possível extrair do movimento prévio subsídios à Psicologia no Brasil, discorreremos sobre alguns deles. Não pretendemos uma replicação da análise *baroniana* à nossa realidade presente, o que seria incorrer em um erro que o autor denunciou, sobre como a Psicologia hegemônica operou por transposições acríticas e universalizações de particulares. O Brasil não é El Salvador, e 2022 não é 1980, mas o que a análise *baroniana* diz das nossas Psicologia e realidade? Tra-

balharemos em algumas das pistas dadas pelo autor, analisando o que temos sido para construirmos o que podemos ser.

Assim, as contribuições de Martín-Baró dizem respeito à sua forma de operar em face da realidade, num movimento *da e para* ela, por meio de um *realismo crítico*, em detrimento de um idealismo metodológico (Martín-Baró, 1986/2011). Atrelado a isso, sua análise (crítica) da Psicologia latino-americana circunscreve-se à sua *práxis*, por meio de um *marxismo latino-americano*, revolucionário, heterodoxo, que tem sido apagado (Lacerda Jr., 2014; Oropeza, 2016), assim como é comum a cooptação e despoliticização da Psicologia da Libertação *baroniana* (Ratner, 2015). Em sua obra, Martín-Baró realiza análises de conjuntura apreendendo o real concreto, e não o ficcional importado de países centrais capitalistas, cujos desenvolvimentos econômico, político, cultural se fizeram no/pelo subdesenvolvimento das formações sociais latino-americanas. Segundo ele, tal desenvolvimento desigual e combinado se manifesta no/pelo desenvolvimento da Psicologia na América Latina e sua história de dependência colonial, refletindo na mencionada miséria da Psicologia (Martín-Baró, 1986/2011).

Não à toa, observamos um movimento de resgate na Psicologia brasileira de sua *práxis*. Tais esforços vão além da análise dos fundamentos teórico-conceituais e estrutura interna de suas teorizações, abordando também: gênese, função social e implicações de sua *práxis* à Psicologia brasileira (Oliveira et al., 2014; Boechat et al., 2020; Costa & Mendes, 2020; 2021; Costa & Souza, 2020).

Voltando à pergunta disparadora da discussão, esboçando uma resposta não exaustiva, iniciamos pela *análise concreta da situação concreta*. Entendemos o que tem sido a realidade latino-americana de acordo com a análise *baroniana*, porém, o que tem sido a realidade brasileira “hoje”, e o que ela remete a esse “passado” e condição latino-americana?

Resguardadas as particularidades, não somente nossa constituição histórica remete à invasão europeia, à escravidão e ao genocídio dos povos originários e tradicionais, como também compartilhamos uma história autocrática, de golpes, ditaduras em amplo conluio e controle pelas classes dominantes e centros de poder capitalistas, sobretudo estadunidenses, que se desenvolvem, dialeticamente, reproduzindo “dependência (‘integração para fora’) e barbárie (‘desintegração para dentro’)” (Lacerda Jr., 2013, p. 221). Tudo isso expressando um desenvolvimento histórico pautado em guerras (Costa & Mendes, 2020) e na/pela violência como “normal” (Farias, 2018).

Tal cenário no presente expressa-se, por exemplo: no recrudescimento da ofensiva do capital contra a classe trabalhadora, resultando na maior exploração e precarização da vida; no genocídio da população negra via “guerra às drogas”; no avanço do agronegócio sobre trabalhadores do campo e povos originários; no desmonte das políticas etc. Assim como Martín-Baró não entendia como era possível ser “um bom psicólogo - e digo tanto no sentido científico, como no profissional e ético - sem tomar a guerra

como marco fundamental de referência para o próprio quefazer” (Martín-Baró et al., 2021, p. 834), indagamos como podemos ser bons psicólogos no Brasil de hoje sem tomar a guerra, o genocídio, a violência como marcos de nossa *práxis*.

Cabe a questão: a Psicologia brasileira tem servido para desvelar e combater essa situação de opressão, ou para justificar e reforçá-la? Estes indivíduos e realidades que constituem e forjam o Brasil existem para a Psicologia? Comparcem em suas concepções de ser humano, mundo e sociedade? Nas suas teorias? Apresentam-se às suas práticas?

Na impossibilidade de desenvolvimento de todos os pontos, apontamos para as implicações psicossociais de tal dinâmica de vida, ou melhor, para como essa realidade objetiva é subjetivada pelos indivíduos em suas singularidades e como, neste processo, se dá a produção de vida e de saúde mental, não à toa, pelo recrudescimento do sofrimento. Dialogando com Costa e Mendes (2020), indagamos se a Psicologia tem considerado em sua *práxis* tal complexidade e concretude:

[C]omo é possível, por exemplo, uma clínica à mulher, sem considerar sua formação objetiva-subjetiva e as produções de identidades, numa sociedade que se estrutura *no e pelo* patriarcado e machismo? Da mesma forma, um(a) negro(a), o racismo estrutural e a branquitude como ideal de ser - introjetada, inclusive, por ele(a)? Complementarmente, um homem, um(a) branco(a)? E outras populações subalternizadas como a LGBT+? Por fim, e atravessando todos(as) estes(as), um(a) trabalhador(a) que, ao vender sua força de trabalho, é explorado(a) e alienado(a) do que produz, do próprio trabalho, dos outros e de si mesmo? (p. 9)

Por mais que haja um inegável avanço quanto às apropriações de gênero, raça e sexualidade etc., que dizem de como os indivíduos são e se produzem nas/pelas relações sociais em nossa concretude histórica (Guareschi, Galeano & Bicalho, 2020), elas têm sido feitas muitas das vezes de forma reducionista, segmentada e com outras vicissitudes (Lacerda Jr., 2013). Há de se ressaltar que tais debates e avanços, mesmo contraditórios, se dão *de fora para dentro* da Psicologia, resultado de lutas históricas de grupos, movimentos sociais etc. que adentram na Psicologia e a tensionam (Schucman & Martins, 2017), demonstrando como deve-se ir *além* dela e *por fora* dela.

Logo, é necessário o desenvolvimento de uma Psicologia comprometida com as maiorias populares, mas não as tomando abstratamente, genericamente, mas em suas concretudes. Pontuamos a necessidade de a Psicologia analisar em totalidade a formação histórica brasileira, desde sua gênese e desenvolvimento colonial-escravista, sua conformação enquanto capitalismo dependente, suas estruturas e relações sociais racistas, patriarcais, machistas, sexistas, LGBTfóbicas e como tudo isso se concretiza singularmente nas singularidades dos indivíduos no presente. Temos de nos perguntar o que fazer para desvelar essa realidade, sem essencializá-

la, fragmentá-la e, nisso, fortalecer as condições objetivas e subjetivas das maiorias populares. É este movimento que permite um conhecimento objetivo, exaurido das suas múltiplas determinações e mediações, condizente com a realidade, ao invés de uma suposta objetividade na forma de imparcialidade/neutralidade (Pavón-Cuéllar, 2015).

Questionamos, também, em que sentido a violência exacerbada contra a classe trabalhadora, mais especificamente, o extermínio da população negra e indígena no presente não tem sido chancelado pela Psicologia. Por exemplo, não é a Psicologia que, por meio da avaliação psicológica, atua na concessão e porte de arma de fogo (Conselho Federal de Psicologia [CFP], 2008)? Sabendo que tais armas têm suas balas encontrando predominantemente corpos negros, pobres, periféricos, não estaria ela chancelando, mesmo que indiretamente, esse genocídio? Com isso, queremos demonstrar que: (1) por mais que se possa ter avançado, não é algo que ficou no *passado* da Psicologia, até porque não há uma dicotomia passado e presente, sendo tal relação dialética e dizendo do próprio movimento histórico, suas continuidades e descontinuidades (nas continuidades); e (2) não é apenas erro, problemas de formação ou conduta de determinados psicólogos, mas algo da própria Psicologia. É pertinente resgatar a crítica de Patto (1997) sobre a razão psicométrica que fundamenta os processos de avaliação psicológica, de modo que:

Discutir os testes não é pôr em confronto gostos e opiniões pessoais; muito menos transformar o debate em rinha ou ringue para divertir a platéia. O que está em pauta não são os testes em si mesmos, mas uma discussão teórica de caráter muito mais amplo: o da própria concepção de ciência, de Homem e de sociedade que lastreia uma Psicologia que está na base da criação de instrumentos para fins de avaliação e classificação de indivíduos e grupos, Psicologia esta que tem sido qualificada como positivista, instrumental, objetivista e fisicalista (p. 52)

O que dizer da importância da Psicologia à lógica asilar-manicomial no presente, que se volta majoritariamente às frações mais pauperizadas da classe trabalhadora, mormente negras ou grupos ditos *desviantes*? Por mais que haja um importante movimento de instituições reguladoras da profissão, como o Sistema Conselhos, na denúncia das instituições asilares-manicomiais como instituições de violência (CFP, 2019), destacamos a relevância da Psicologia no desenvolvimento histórico de tal lógica e instituições, via processos de psiquiatrização, (psico)patologização e psicologização da realidade (na construção do *louco*, do *drogado* como perigosos) e a sua importância como categoria profissional, sustentando e reproduzindo práticas e instituições que materializam tal lógica. Temos como exemplos atuais os *novos-velhos* manicômios nas formas das Comunidades Terapêuticas e Hospitais Psiquiátricos, que se valem fartamente dos saberes e da força de trabalho psi (IPEA, 2017).

Por sua vez, isso remete ao mandato histórico hegemônico do campo psi de controle, ajustamento e ordenamento, desde mecanismos mais tradicionais como o encarceramento *stricto sensu* ou suas versões dissimuladas na forma de instituições que se apresentam como assistenciais, mas são igualmente aprisionantes, disciplinares, coercitivas. Não só estes mecanismos têm sido desenvolvidos e sofisticados, de modo a mistificarem suas naturezas (sociais), como outros vêm sendo desenvolvidos por meio de sofisticações igualmente perversas, ao também serem controle sob forma de tratamento, como é possível ver na/pela psicologização e psicopatologização da vida, da infância etc., que anda de mãos dadas com a medicalização. Em vez de enxergar o sofrimento como sintoma (e denúncia) dessa sociabilidade desumanizante, insiste-se na mera adequação e docilização das pessoas, propondo-se salvadores dos males psíquicos, tidos como isolados da realidade social; o subjetivo alheio ao objetivo. Aliás, muito se fala do crescimento dos índices de sofrimento psíquico, uma *epidemia de transtornos mentais*, sendo que pouco se questiona sobre a determinação social desse sofrimento e, mais, sobre como há uma produção *artificial* em larga escala (via psicopatologização da vida) de tais *transtornos* no/pelo campo psi, com a tal epidemia sendo, antes de tudo, uma *epidemia de diagnósticos* (Moysés & Collares, 2013).

Num breve resgate histórico, temos a regulamentação da Psicologia como profissão em 1962, enquanto necessidade histórica no chamado ciclo *nacional-popular* ou *nacional-desenvolvimentista* (1930-64), expressando “a feição das demais expressões do ciclo, compartilhando das linhas mais gerais de seu desenvolvimento” (Boechat, 2017, p. 62); grosso modo, as necessidades do rápido e intenso desenvolvimento produtivo, sobretudo da industrialização tardia do país, fundamentais para a consolidação de nosso capitalismo (dependente) tardio. E sua expansão e desenvolvimento se dão durante a ditadura empresarial-militar, a partir do golpe de 1964. Negligenciar ou negar as implicações deste contexto na construção teórico-prática da nossa Psicologia é descaracterizá-la, retirando-a do solo histórico no qual se fez Psicologia (brasileira). Não sendo nosso propósito uma profunda análise histórica, nos interessa reafirmar que, hegemonicamente, a Psicologia brasileira se desenvolve seguindo a tendência apreendida por Martín-Baró na América Latina, de não questionar a ordem, mas de reproduzi-la, justificando-a por meio dos conhecimentos hegemônicos ou a concretizando, via práticas dominantes. Não só se trata de uma ciência fundada no seio da expansão capitalista na Europa, como, ao se desenvolver no capitalismo dependente brasileiro, hegemonicamente, expressou tais particularidades (Costa & Mendes, 2021).

Caminhamos para quase meio milhão de psicólogos no Brasil (CFP, 2022). Mesmo assim, não é possível afirmar que ela tem contribuído para um melhor entendimento de nossa realidade ou a uma vida mais humanizada. Pelo contrário, observamos o aguçamento da psicologização da vida como resultante (e propulsor) da popularização da Psicologia, sobretudo da

mercadoria psicoterapia, a qual é resultante de um processo mercantil de busca de novos consumidores. Nem mesmo o objeto preferencial da Psicologia, o sofrimento psíquico, tem sido atenuado com o aumento de oferta psi e pela maior acessibilidade dos atendimentos, seja pela popularização da psicoterapia, pelo desenvolvimento de outros campos de atuação ou pela inserção nas políticas sociais. Não pretendemos aqui *culpabilizar* a Psicologia, o que pressuporia um idealismo de que ela é a responsável por explicar e sanar tal realidade (algo presente na psicologização da realidade). Porém, devemos questionar o que a ampliação da Psicologia - que alguns entendem como *deselitização* -, produz em nossa realidade, ou seja, a sua *função social* (Costa & Farias, 2022).

A popularização do atendimento psicológico e a maior *aproximação* das camadas populares não necessariamente acompanhou mudanças substanciais no *compromisso social* hegemônico da Psicologia, ou ainda uma transformação teórico-prática desde/para essa população; ainda se pauta por fundamentos descontextualizados e alheios às necessidades das maiorias populares brasileiras (Costa & Farias, 2022). E é importante salientar que o grosso da crítica ao elitismo da profissão se referia à clínica, cujo perfil de *clientes* ou *pacientes* era similar ao dos psicólogos: estratos médios ou mais abastados da classe trabalhadora ou da burguesia (Mello, 1975). Porém, quanto aos outros campos, como o *mundo do trabalho* e a *educação*, a Psicologia sempre atuou com as maiorias populares, só que de maneira ajustadora e reguladora (Yamamoto, 1987), classista, racista e sexista (Patto, 1997). Isso se amplifica no presente, em que, apesar dos avanços, o conhecimento psicológico se expandiu a tal ponto que boa parte de sua utilização nem se dá pela Psicologia, mas por outras profissões e âmbitos: na política, no marketing, na polícia etc. Ou seja, consumimos cada vez mais Psicologia, sem sabermos ou pedirmos.

Temos o desenvolvimento de uma cultura psicológica/psicologizante, individualizante/individualista e despolitizada, pautada na concepção liberal e a-histórica de ser humano (competitivo e egoísta), tomada como *universal*, sob a forma da *natureza humana*. Esse indivíduo (re)produzido pela Psicologia é o sujeito da sociabilidade capitalista, alienado e desumanizado, cuja universalização se dá também partir de alguns marcos que expressam nossas estruturas e relações sociais: um indivíduo branco, heterossexual, homem cisgênero, burguês ou, na pior das hipóteses, dos estratos médios ou mais abastados da classe trabalhadora, geralmente advindo dos centros de poder. Nesse bojo *psicologicista*, os *desviantes* de tais *tipos ideais* ainda são psicologizados (quando não patologizados), inferiorizados, segregados ou orientados a serem o que não são.

Nessa esteira, por exemplo, são comuns discursos sobre autocuidado e autogestão que, por trás das aparências, referem-se a uma concepção individualizante e privativa de saúde mental e da vida, onde cada um é responsável único por se (re)produzir, endossando a culpabilização dos próprios indivíduos e a desresponsabilização do Estado, governos, das

classes dominantes. Não bastando, temos o reforçamento de um *cuidado* privativo não só do indivíduo consigo, mas que passa necessariamente pela Psicologia, reforçando um *fetichismo psi*, a psicoterapia como panaceia e o maior consumo dela enquanto *mercadoria*. Em vez do movimento proposto por Martín-Baró, de a Psicologia se libertar de si mesma, temos uma sociabilidade cada vez mais dependente da Psicologia.

Por fim, cabe ressaltar que todo esse processo não necessariamente beneficia os psicólogos, sendo uma utilização da Psicologia para a reprodução da ordem, como apreendeu Martín-Baró. Podemos citar como exemplos: precarização das condições de trabalho e perdas de direitos que, ao afetarem a classe trabalhadora como um todo, também perpassam a Psicologia; flexibilização e maior exploração do trabalho psi; menores repasses de planos de saúde etc. O avanço das políticas neoliberais, a precarização dos vínculos e condições de trabalho são alguns elementos centrais do momento atual que não são (pois não podem ser) solucionados pela Psicologia, mas que a afetam como categoria profissional, e aos psicólogos enquanto classe trabalhadora. Soma-se a isso, o processo de desmonte das políticas sociais que têm sido um dos principais mecanismos de empregabilidade à Psicologia (DIEESE, 2016). Por mais que quanto mais deteriorada e precária a realidade, melhor seria para a Psicologia (sendo mais *requisitada*, *necessária*), o movimento do real nos faz concluir que tal benefício, excluindo algumas exceções, é usufruído pelo capital e classes dominantes.

Na análise (crítica) da Psicologia brasileira, dialogando com Martín-Baró, procuramos, como ele, não só explicitar o que temos sido e o que não temos sido, como sinalizar o que podemos ser. Se a realidade é dialética, os apontamentos dizem não só de horizontes futuros, mas do presente e das contradições da Psicologia que são desenvolvidas historicamente, como a Psicologia da Libertação *baroniana* evidencia, entre outras propostas de crítica à/da/na Psicologia. É nestas e com estas propostas que pensamos ser possível continuar a desenvolver um projeto de crítica, orientado à superação da Psicologia: a construção de uma Psicologia que não só se questione, se modifique, mas vise a construção de uma sociabilidade na qual os indivíduos se libertem dos grilhões que os aprisionam, bem como dela própria. Como Martín-Baró, o presente trabalho é um diálogo e faz parte de um grande coletivo e movimento latino-americano de crítica e superação da Psicologia, pautado nas necessidades de nossas maiorias populares.

Segundo Costa e Mendes (2021, p. 1), “a supressão da miséria de nossa Psicologia é a supressão de uma sociabilidade que a tem como miserável; que expressa sua miséria pela Psicologia, tornando-a miserável e se tornando (ainda mais) miserável”. Se a supressão dessa miséria implica *revolução* e significa *libertação*, *emancipação humana*, sendo, pois, resultado da *práxis* do conjunto dos explorados e oprimidos, cabe à Psicologia responder ao questionamento: *qual o papel da Psicologia?*

Referências

- Boechat, F. M. (2017). A Psicologia Brasileira nos Ciclos Democrático-Nacional e Democrático-Popular. *Psicol., Ciênc. Prof.*, 37(spe), 57-70.
- Boechat, F., Vieira, A. & Pizzi, B. (2020). A “visão histórica da Psicologia Social” de Ignacio Martín-Baró. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 20(2), 630-650.
- Conselho Federal de Psicologia [CFP]. (2008). *Resolução CFP nº 18/2008*. Dispõe acerca do trabalho do psicólogo na avaliação psicológica para concessão de registro e/ou porte de arma de fogo. Brasília: CFP.
- CFP. (2019). *Hospitais Psiquiátricos no Brasil. Relatório de inspeção nacional*. Brasília: CFP.
- CFP. (2022). *A psicologia em números*. Consultado em 26 de julho 2022 de: <http://www2.cfp.org.br/infografico/quantos-somos/>
- Costa, G. C. & Souza, M. P. (2020). O contexto político da produção de Ignacio Martín-Baró. *Cadernos Prolam/USP-Brazilian Journal of Latin American Studies*, 19(36), 20-40.
- Costa, P. H. A., & Farias, T. M. (2022). Contribuições da Teoria Marxista da Dependência à (crítica da) psicologia brasileira. *Germinal: Marxismo e educação em debate*, 14(1), 331-360.
- Costa, P. H. A., & Mendes, K. T. (2020). Colonização, Guerra e Saúde Mental: Fanon, Martín-Baró e as Implicações para a Psicologia Brasileira. *Psic.: Teor. e Pesq.*, 36(spe), e36nspe14.
- Costa, P. H. A., & Mendes, K. T. (2021). A miséria da Psicologia Brasileira: subordinação ao capital e colonização-dependência. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 16(2), 1-17.
- DIEESE. (2016). *Levantamento de informações sobre a inserção dos psicólogos no mercado de trabalho brasileiro*. São Paulo: DIEESE.
- Farias, M. (2018). Formação do povo brasileiro e a questão negra: uma leitura psicossocial. In M. L. Silva et al. (eds.). *Violência e sociedade: o racismo como estruturante da sociedade e da subjetividade do povo brasileiro* (pp. 47-66). São Paulo: Escuta.
- Guareschi, N. M. F., Galeano, G. B., & Bicalho, P. P. G. (2020). 40 anos: O que a psicologia tem produzido enquanto ciência e profissão? *Psicologia: Ciência e Profissão*, 40, e237742.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [IPEA]. (2017). *Nota Técnica. Perfil das Comunidades Terapêuticas Brasileiras*. Brasília: IPEA.
- IUDOP. (1988). *Condiciones basicas de vida del campesino salvadoreño. Una encuesta de opinión publica*. San Salvador: UCA.
- Lacerda Jr., F. (2013). Capitalismo dependente e a psicologia no Brasil: das alternativas à psicologia crítica. *Teoría y crítica de la psicología*, 3, 216-263.

- Lacerda Jr., F. (2014). Psicologia política e marxismo na história recente. In S. A. M. Sandoval, D. U. Hur, B. S. A. Dantas, (eds.), *Psicologia Política. Temas atuais de investigação* (pp. 25-52). Campinas: Alinea Editora.
- Lacerda Jr., F. (2017). Apresentação - Colocando a Psicologia contra a ordem: introdução aos escritos de Ignacio Martín-Baró. In I. Martín-Baró. *Crítica e libertação na Psicologia: estudos psicossociais* (pp. 7-21). Petrópolis: Vozes.
- Lacerda Jr., F., & Oropeza, I. D. (2015). La Psicología de la Liberación 25 años después de Martín-Baró: memoria y desafíos actuales. *Teoría y Crítica de la Psicología*, 6, 1-5.
- Martín-Baró, I. (1973). Antipsiquiatria y antipsicoanálisis. *Estudios Centroamericanos*, 28(293/294), 203-206.
- Martín-Baró, I. (1980). Ética en psicología. *Teoría y Crítica de la Psicología*, 2015, 6, 491-531.
- Martín-Baró, I. (1980). O psicólogo no processo revolucionário. In I. Martín-Baró. *Crítica e libertação na Psicologia: estudos psicossociais* (pp. 25-29). Petrópolis: Vozes, 2017.
- Martín-Baró, I. (1982). Um psicólogo em frente à guerra civil em El Salvador. In I. Martín-Baró. *Crítica e libertação na Psicologia: estudos psicossociais* (pp. 233-250). Petrópolis: Vozes, 2017.
- Martín-Baró, I. (1983). Entre o indivíduo e a sociedade. In I. Martín-Baró. *Crítica e libertação na Psicologia: estudos psicossociais* (pp. 101-161). Petrópolis: Vozes, 2017.
- Martín-Baró, I. (1984). Guerra e saúde mental. In I. Martín-Baró. *Crítica e libertação na Psicologia: estudos psicossociais* (pp. 251-270). Petrópolis: Vozes, 2017.
- Martín-Baró, I. (1985). O papel do psicólogo. *Estudios de Psicología*, 1996, 2(1), 7-27.
- Martín-Baró, I. (1985). Conflito social e ideologia científica: do Chile a El Salvador. In. Martín-Baró. *Crítica e libertação na Psicologia: estudos psicossociais* (pp. 30-54). Petrópolis: Vozes, 2017a.
- Martín-Baró, I. (1985). A desideologização como contribuição da Psicologia Social para o desenvolvimento da democracia na América Latina. In I. Martín-Baró. *Crítica e libertação na Psicologia: estudos psicossociais* (pp. 55-65). Petrópolis: Vozes, 2017b.
- Martín-Baró, I. (1986). Para uma psicologia da libertação. In R. S. L. Guzzo, & F. Lacerda Jr., F. (eds.), *Psicologia social para América Latina: o resgate da psicologia da libertação* (pp. 101-120). Campinas: Alinea, 2011.
- Martín-Baró, I. (1987). O latino indolente: caráter ideológico do fatalismo latino-americano. In I. Martín-Baró. *Crítica e libertação na Psicologia: estudos psicossociais* (pp. 173-203). Petrópolis: Vozes, 2017a.

- Martín-Baró, I. (1987). O desafio popular à Psicologia Social na América Latina. In I. Martín-Baró. *Crítica e libertação na Psicologia: estudos psicossociais* (pp. 66-88). Petrópolis: Vozes, 2017b.
- Martín-Baró, I. (1987). Da guerra suja à guerra psicológica: o caso de El Salvador. In I. Martín-Baró. *Crítica e libertação na Psicologia: estudos psicossociais* (pp. 271-285). Petrópolis: Vozes, 2017c.
- Martín-Baró, I. (1987). A violência na América Central: uma visão psicossocial. In I. Martín-Baró. *Crítica e libertação na Psicologia: estudos psicossociais* (p. 286-311). Petrópolis: Vozes, 2017d.
- Martín-Baró, I. (1988). A violência política e a guerra como causas do trauma psicossocial em El Salvador. *Crítica e libertação na Psicologia: estudos psicossociais* (pp. 312-332). Petrópolis: Vozes, 2017.
- Martín-Baró, I. (1989). Psicologia Política do Trabalho na América Latina. *Psicologia Política*, 2014, 14(31), 609-624.
- Martín-Baró, I. (1990). La familia, puerto y carcel para la mujer salvadoreña. *Revista de Psicología de El Salvador*, 9(37), 265-277
- Martín-Baró, I. (1990). Psicologia Política Latino-Americana. *Psicologia Política*, 2013, 13(28), 555-573.
- Martín-Baró, I. (1991). El método en psicología política O Método em Psicologia Política. *Psicologia Política*, 2013, 13(28), 575- 592.
- Martín-Baró, I., Oropeza, I. D., & Rosa, M. P. (2021). Psicologia Social a partir da América Central: Desafios e Perspectivas. Entrevista com Ignacio Martín-Baró. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 21(2), 826-839.
- Mello, S. L. (1975). *Psicologia e profissão em São Paulo*. São Paulo: Ática.
- Moysés, M. A. A., & Collares, C. A. L. (2013). Controle e medicalização da infância. *Desidades*, 1, 11-21.
- Oliveira, L. B., Guzzo, R. L., Tizzei, R. P. & Silva Neto, W. (2014). Vida e a obra de Ignacio Martín-Baró e o paradigma da libertação. *Revista Latinoamericana de Psicología Social Ignacio Martín-Baró*, 3(1), 205-230.
- Oropeza, I. D. (2016). *Ignacio Martín-Baró: Una lectura en tiempos de quiebres y esperanzas*. San José, Costa Rica: Editorial Arlekin.
- Patto, M. H. S. (1997). Para uma crítica da razão psicométrica. *Psicologia USP*, 8(1), 47-62.
- Pavón-Cuéllar, D. (2015). Por la objetividad y contra la imparcialidad: el compromiso en la reflexión epistemológica de Ignacio Martín-Baró. *Teoría y Crítica de la Psicología*, 6, 12-25.
- Ratner, C. (2015). Recuperación y promoción de las ideas de Martín-Baró sobre psicología, cultura y transformación social. *Teoría y Crítica de la Psicología*, 6, 48-76.

- Schucman, L. V., & Martins, H. V. (2017). A psicologia e o discurso racial sobre o negro: Do “objeto da ciência” ao sujeito político. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37(spe), 172-185.
- Sue-Montgomery, T., & Wade, C. (2006). *A revolução salvadorenha: da revolução à reforma*. São Paulo: Editora UNESP.
- Yamamoto, O. H. (1987). *A crise e as alternativas da psicologia*. São Paulo: Edicon.
-

Fecha de recepción: 26 de mayo de 2022

Fecha de aceptación: 2 de junio de 2023